



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Termo de Referência Nº 116

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

#### **1.1 - DO OBJETO**

1.1.1- Contratação do serviço de transporte de urnas eletrônicas, cabinas de votação e policial, dos Cartórios Eleitorais, Postos de Atendimento ou depósitos de urnas eletrônicas para os locais de votação (seções eleitorais), bem como o transporte ao término dos trabalhos, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência., visando atendimento de demandas das Eleições/2024.

1.1.2 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.3 - O prazo de vigência da contratação compreenderá o período de execução e conclusão das Eleições Municipais de 2024, ou seja, vigorará da data de publicação do contrato até 20/12/2024, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Justificativa)**

A motivação para o procedimento em epígrafe é oriunda do Planejamento Integrado das Eleições Gerais de 2024 do TRE-PI, cujo teor prevê a contratação do serviço de transporte de urnas eletrônicas e cabinas, bem como um Policial por veículo em cada rota de distribuição de urnas, para as Eleições Municipais de 2024.

Os serviços de transporte de urnas eletrônicas e cabinas visa deslocar esses equipamentos da sede dos diversos cartórios eleitorais para os respectivos locais de votação, bem como o seu recolhimento após o período de votação.

Vale ressaltar que existem atualmente no Piauí 74 (setenta e quatro) cartórios eleitorais, os quais deverão contar com esses serviços.

Os serviços objeto deste expediente não são objeto de contratações vigentes neste Tribunal.

Cumpre ainda ressaltar que este Regional não possui, em estrutura organizacional, os recursos materiais e humanos para a realização dessa atividade.

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento licitatório, a ser processado por Pregão Eletrônico, para selecionar empresa visando à prestação de serviços citados junto às unidades cartorárias desta Capital e interior do Estado.

Esta ação está diretamente ligada ao objetivo estratégico de “garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais”.

Os serviços serão prestados no 1º turno das eleições envolvendo todas as zonas eleitorais do Piauí. Já para o 2º turno, se houver, serão prestados somente para as zonas eleitorais de Teresina/PI.

Os serviços objeto desta contratação são usualmente oferecidos pelas diversas empresas especializadas, de forma padronizada, com itens de fácil compreensão e mensuração. Desse modo, são caracterizados como comuns. Portanto, sua contratação deverá ser mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. - conforme item 2.7 do ANEXO V da IN nº 05/2017, com padrões de desempenho e qualidade a serem definidos objetivamente no Termo de Referência, observando-se a forma usual praticado mercado.

Esta é uma ação constante P.O. das Eleições de 2024. Essa necessidade é temporária e especificamente decorrente das eleições/2024.

Essa contratação encontra guarida no Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal para atividades acessórias, caso o serviços de locação de veículos. A Resolução TRE-PI nº 420/2021, que Institui o Plano Estratégico 2021/2021. O ANEXO I da referida resolução traz o MAPA DA ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL ELEITORAL DO PIAUÍ 2021-2026.”:

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

**3.1. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

3.1.1- A Contratada deverá transportar todas as urnas eletrônicas e cabinas de votação por meio de veículos fechados, próprios ou terceirizados, bem como um Policial, por veículo, em cada rota de distribuição e recolhimento de urnas.

3.1.2- Em razão da essencialidade ao desenvolvimento do Processo Eleitoral, com horários e datas preestabelecidos, o transporte, a distribuição e o recolhimento têm caráter especial e inadiável.

**3.2. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES (06.10.24)**

**3.2.1- PRIMEIRA ETAPA:**

CARREGAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS E CABINAS DE VOTAÇÃO				
QUANTIDADE	DE:	PARA:	DATA	HORÁRIO

A Ser estabelecida	Cartórios Eleitorais, Postos de Atendimento ou Depósitos de Urnas	Os respectivos locais de votação, conforme rotas de distribuição estabelecidas pelos cartórios eleitorais.	05.10.2024 (sábado)	A critério do Juiz Eleitoral ou Chefe de Cartório de cada Zona Eleitoral, conforme protocolo de entrega (limitada à entrega às 11h00).
--------------------	---	--	---------------------	--

3.2.1.1- Em cada veículo deverá haver o acompanhamento de um Policial durante todo o trajeto da rota de distribuição das urnas.

3.2.1.2- **O carregamento das urnas eletrônicas** nos veículos da contratada para o município de **Teresina deverá ser iniciado no dia 04.10.2024 (sexta-feira)**, sob pena de descumprimento do horário de entrega, haja vista que são aproximadamente 1.200 (um mil duzentas) urnas a serem carregadas.

### 3.2.2- SEGUNDA ETAPA:

RECOLHIMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS				
QUANTIDADE	DE:	PARA:	DATA	HORÁRIO
A Ser estabelecida	Locais de votação	Cada Cartório Eleitoral e/ou Depósitos de Urnas	06.10.2024 (domingo)	Encerramento dos trabalhos de votação e a critério do Juiz ou Chefe do Cartório Eleitoral, conforme protocolo de recolhimento (limitado às 22h00).

3.2.3- Excepcionalmente, poderão ser recolhidas urnas para os locais de transmissão de votos e, depois, para os Cartórios, Postos de Atendimento ou Depósito de Urnas Eletrônicas. Em todos os casos, haverá a prévia comunicação à Contratada e a autoridade policial para o acompanhamento. Os locais de transmissão acima mencionados são dentro do município e em local próximo do Cartório, Posto ou Depósito, razão pela qual não há justificativa para acréscimos aos preços contratados.

### 3.3- SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES EM TERESINA (27.10.24), SE HOVER:

3.3.1- **deverá ser observado o disposto nos itens 3.2.1 e 3.2.2, salvo quanto às datas, considerando que, neste caso,** as Eleições realizar-se-ão no dia 27.10.2024, assim, o transporte dar-se-á no dia 26.10.2024 (sábado) e o recolhimento ocorrerá no dia 27.10.2024 (domingo), observando-se, ainda, o carregamento a partir do dia 25.10.2024 na cidade de Teresina.

### 3.4- DA LOGÍSTICA DO TRANSPORTE

3.4.1- A Contratada deve contactar, **até o dia 1º.10.2024**, cada Cartório Eleitoral para, em conjunto com os respectivos Chefes de Cartórios, minuciar a **logística de carregamento, distribuição e recolhimento das Urnas Eletrônicas com seus respectivos roteiros.**

3.4.2- A programação mencionada no subitem acima, consiste, também, na declaração da contratada afirmando ter conhecimento das rotas de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas, bem como do acompanhamento do Policial, haja

vista evitar percalços nas datas marcadas para tal, cujo evento deverá ser formalizado em termo emitido pelo Cartório.

3.4.3- Até a data prevista no subitem 3.4.1, a Contratada deverá apresentar a relação de veículos e motoristas, com endereços e telefones de contatos e mantê-la atualizada, caso haja troca de veículo e/ou motorista.

3.4.4- **O quantitativo de veículos deve atender a todas as rotas dos Cartórios**, podendo, inclusive, haver a disponibilização de mais de um veículo para atender a demanda de uma única rota de distribuição e recolhimento de urnas e transporte do policial, caso o veículo apresentado não consiga comportar a demanda da rota.

3.4.4.1- No caso da contratada apresentar veículo com capacidade de carga inferior a quantidade de urnas, um novo veículo deve ser disponibilizado para carregamento do restante das urnas, sem que tal medida gere custos adicionais ao contrato, haja vista que a contratada teve conhecimento prévio da quantidade de urnas a serem transportadas.

3.4.5- O carregamento dos veículos ocorrerá pelos empregados da contratada e sob orientação dos servidores dos Cartórios Eleitorais.

3.4.6- A contratada deve disponibilizar **carregadores em número suficiente** para o manuseio das urnas, observando para os cuidados necessários e de modo a atender os prazos estabelecidos nos protocolos de entrega e recolhimento, sob pena das sanções previstas nos itens 11 e 12 deste Termo.

### 3.5. DAS CARACTERÍSTICAS DOS BENS A SEREM TRANSPORTADOS:




3.5.1- As Urnas Eletrônicas são bens sensíveis e devem ser manuseadas com o maior cuidado possível e, devidamente embaladas, juntamente com as cabinas de votação, têm as seguintes especificações:

	Urna 2013	Urna 2015	Urna 2020	Urna 2022	CABINA DE VOTAÇÃO (DOBRADA)
Valor Unitário (R\$)	1.287,46	2.218,32	5.014,73	5.965,15	8,37
Peso (Embalada)	10 Kg	10 Kg	10 Kg	10 Kg	600 g
Dimensões da Caixa	Altura: 23,5 cm Largura: 53,5 cm Profundidade: 42,5cm Volume: 53.433,12cm <sup>3</sup>	Altura: 23,5 cm Largura: 53,5 cm Profundidade: 42,5 cm Volume: 53.433,12cm <sup>3</sup>	Altura: 23,5 cm Largura: 53,5 cm Profundidade: 42,5 cm Volume: 53.433,12cm <sup>3</sup>	Altura: 23,5 cm Largura: 53,5 cm Profundidade: 42,5 cm Volume: 53.433,12cm <sup>3</sup>	Altura: 0,50 cm Largura: 80 cm Profundidade: 90cm Volume: 3600 cm <sup>3</sup>
Empilhamento máximo	10 caixas	10 caixas	10 caixas	10 caixas	12 unidades

## 3.6. DAS CARACTERÍSTICAS E DA VISTORIA DOS VEÍCULOS

### 3.6.1- DAS CARACTERÍSTICAS DOS VEÍCULOS

3.6.1.1- Deverão ser utilizados veículos fechados e de categorias conforme abaixo especificados:

ILUSTRAÇÃO	CATEGORIA	VEÍCULO / ANO
	Uno, Corsa, Gol, Parati, Siena ou similar	Leve / Até 10 anos
	Caminhonete, Van, Kombi ou similar	Médio / Até 12 anos
	Caminhão Baú, Caminhão ¾, Iveco ou similar	Pesado / Até 15 anos

3.6.1.2- A Contratada deverá dispor de equipamentos/materiais que preservem as urnas de eventuais danos decorrentes das ações, seja no manuseio por seus funcionários, seja no carregamento, seja no percurso da entrega, seja no recolhimento.

3.6.1.3- Excepcionalmente, mediante autorização do Chefe de Cartório ou Juiz Eleitoral, poderá ser disponibilizado veículo com ano superior de fabricação aos acima citados.

### 3.6.2- DA VISTORIA DOS VEÍCULOS

3.6.2.1- Os veículos que serão colocados à disposição do TRE/PI somente serão recebidos após serem vistoriados pelo Gestor/Fiscal do CONTRATO, **conforme Check List do ANEXO III**, cujo objetivo é manter a qualidade dos serviços contratados e a segurança no transporte das urnas.

3.6.2.1.1- Os veículos reprovados na vistoria deverão ser trocados por outros que atendam ao mínimo exigido, de forma a proporcionar as condições para entrega e recolhimento de urnas com segurança.

3.6.2.2 - A vistoria deverá ser realizada no prazo de até 05(cinco) dias antes do dia marcado para o início dos serviços, em data e horário agendados com o Chefe de Cartório.

3.6.2.2.1 - Excepcionalmente, mediante autorização do Chefe de Cartório, poderá haver a vistoria de veículos em data diversa da acima citada.

3.6.2.3 - A vistoria não eximirá a Contratada por eventual dano ou prejuízo causado ao TRE-PI durante a prestação dos serviços, nem retirará da contratada a responsabilidade própria do transporte, tais como a segurança dos bens.

3.6.2.4 - O Juiz Eleitoral e/ou Chefe de Cartório poderá negar-se a utilizar o(s) veículo(s) da Contratada, caso não seja atendido aos requisitos acima descritos.

### **3.7- OUTRAS OBSERVAÇÕES**

3.7.1- Em casos excepcionais, devidamente justificado pela Contratada e homologado pelo Chefe da Zona Eleitoral, poderá ser estendido o prazo para cumprimento dos serviços objeto deste Termo, desde que não prejudique o início e o desenvolvimento dos trabalhos de votação, nem os de apuração do resultado das eleições.

3.7.2- Os quantitativos de urnas poderão sofrer pequenas alterações, para mais em razão de criação de seções ou para menos, em função das medidas de **agregações** a que serão submetidas às Seções Eleitorais, sem prejuízo do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposições contidas no subitem 5.1.6.

3.7.3- Para efeitos de mensuração do disposto no item 3.7.2, o TRE-PI disponibilizará ao contratado, até 30 (trinta) dias antes da realização do pleito, as planilhas atualizadas com as definições dos quantitativos, endereços e demais informações que possam impactar o objeto do Contrato.

3.7.4- As Urnas Eletrônicas deverão ser movimentadas com segurança e garantia de inviolabilidade como forma de evitar prejuízos ao Processo Eleitoral.

3.7.5- Os bens deverão ser transportados sob rígido controle de movimentação, de modo a permitir a prestação de informações precisas e atualizadas sobre a localização dos mesmos, sempre que solicitado pelo Juiz Eleitoral, Gestor e Fiscais do Contrato.

### **4. DA FORMAÇÃO DE LOTES**

O procedimento licitatório ocorrerá por item, conforme justificativa contida ETP, Item 7.

A divisão do objeto ocorre de forma natural, ou seja, a área de abrangência de cada Zona Eleitoral.

Desse modo, conforme vem sendo praticado neste Tribunal, o objeto será dividido em 74 itens..

### **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. Para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, a empresa CONTRATADA deverá:

5.1.1. Promover todas as condições para a execução dos serviços dentro do planejamento do transporte de urnas das Eleições Municipais de 2024, evitando percalços na execução dos serviços, colocando-se à disposição do Chefe de Cartório, apresentando veículos e motoristas com todos os meios de comunicação e fomentando ações facilitadoras para o atendimento a contento dos serviços

contratados.

5.1.2. Assegurar **os recursos materiais e humanos, necessários ao carregamento, distribuição e recolhimento das Urnas Eletrônicas**, garantindo a presença de, no mínimo, 01(um) agente durante o transporte das urnas e cabinas, que poderá ser o próprio motorista;

5.1.2.1- No caso de quantidade de urnas em que se verifique a impossibilidade de manuseio por um único empregado, a contratada deverá disponibilizar quantitativo de funcionários suficientes para atender a rota a contento, conforme previsão no subitem 3.4.6. Os custos dessa demanda já deverão estar inclusos nos preços contratados para a rota.

5.1.3. Colocar-se à disposição a partir de 28.09.2024 até o dia seguinte da realização do recolhimento das Urnas Eletrônicas aos Cartórios Eleitorais, para operacionalização dos serviços de distribuição e recolhimento das Urnas Eletrônicas e para acompanhar as atividades de apoio ao CONTRATANTE no atendimento tempestivo de eventuais necessidades que venham a se apresentar em cada município sede de Cartório Eleitoral constante nos Anexo I deste Termo de Referência;

5.1.4. Entregar as Urnas Eletrônicas, mediante recibo (Protocolo item 6.2 – Anexo III), aos **Agentes** mencionados no **item 6.6**, nos locais de votação constantes nos Anexo IV (Planilha de Firmação de Preço) deste Termo de Referência em data e horário especificados pelo Juiz Eleitoral ou Chefe de Cartório de cada Cartório;

5.1.5. Recolher as Urnas Eletrônicas nos locais de votação, dos Agentes mencionados no item 6.6., mediante recibo (Protocolo item 7.2 - Anexo III);

5.1.6. Atender prontamente a demanda adicional da entrega de Urnas Eletrônicas decorrentes da criação de novas Seções ou acolher o decréscimo de custo em razão de exclusão de locais de entrega de urnas, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) permitido pela Lei nº 14.133/21 para ambos os casos.

5.1.7. Responsabilizar-se, **mesmo após a vigência contratual**, por qualquer dano ou desaparecimento (de qualquer natureza) de bens e materiais da Justiça Eleitoral **decorrentes dos serviços contratados**, efetuando o ressarcimento do valor integral dos mesmos;

5.1.8. Manter e disponibilizar para fiscalização mecanismo de controle que permita localizar, de imediato, os bens e materiais objeto deste Termo de Referência;

5.1.9. Fornecer ao Juiz da Zona Eleitoral ou Chefe de Cartório, com antecedência mínima de dois dias do primeiro turno das eleições, **toda a logística empregada na execução do CONTRATO**, tais como: veículos utilizados, dados pessoais dos motoristas e carregadores, roteiros de distribuição e recolhimento com as respectivas quilometragens, para os fins de aferições de responsabilidade da fiscalização, bem como minimizar eventuais efeitos danosos da gestão do Contrato;

5.1.10. Utilizar, sempre que possível, os veículos referenciados no item 3.6, podendo, justificadamente e mediante autorização do Juiz Titular da Zona Eleitoral ou do Chefe de Cartório, fazer uso de veículo diverso.

5.1.11. **Abster-se de contratar veículos de candidatos às Eleições**, ou de pessoas a eles ligadas por vínculo de parentesco até o terceiro grau em linha reta ou colateral;

5.1.12. Abster-se de contratar, para o desempenho das atividades objeto deste Termo, membros de diretórios de partido político, desde que exerçam função

executiva; no respectivo município, bem como candidatos e/ou seus parentes em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

5.1.13. Substituir imediatamente e sem qualquer ônus adicional para o TRE/PI, de forma a proporcionar a entrega da(s) urna(s) no(s) local(is) estabelecido(s), o(s) veículo(s) que apresentar(em) defeito(s) que o(s) impossibilite(m) de funcionar(em) em condições de segurança ou em caso de acidente, furto, roubo ou incêndio, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes de remoção de veículos, serviços de chaveiro e de disponibilização de outro veículo para a entrega ou recolhimento das urnas.

5.1.14. Identificar os veículos com o nº da rota e zona eleitoral, dentre outras informações que demonstrem para a sociedade que aquele veículo estar a trabalho da Justiça Eleitoral Piauiense.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Encaminhar à CONTRATADA, por intermédio do Gestor do CONTRATO, o quantitativo final de seções eleitorais, inclusive as agregadas, por local de votação e com os respectivos endereços em todo o Estado Piauí, **até 30(trinta) dias** do primeiro turno das Eleições 2024;

**6.2. Confeccionar o Protocolo de Entrega (Anexo III)** em duas vias, com, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação do município;
- Zona;
- Veículo;
- Roteiro;
- Quantidade de urnas;
- Identificação de URNAS Eletrônicas dos respectivos locais de votação;
- Local de guarda das Urnas Eletrônicas (depósito), no qual serão depositadas;
- Data e hora;
- Campo para assinatura e identificação do recebedor.

**6.3. Confeccionar o Protocolo de Recolhimento (Anexo III)** das Urnas Eletrônicas, em 03 (três) vias, sendo assim destinadas:

- 01(uma) para a CONTRATADA;
- 01(uma) para o **Agente do TRE/PI** mencionado no **item 6.6**;
- 01(uma) para o servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento das Urnas Eletrônicas recolhidas.

6.4. Entregar à CONTRATADA, no dia do carregamento, as Urnas Eletrônicas devidamente embaladas e em condições para o transporte e devidamente identificadas por meio de afixação de etiquetas nas caixas, compreendendo:

- Município;



- Zona;
- Seção Eleitoral;
- Local de Votação com seu respectivo endereço.

6.5. Organizar as Urnas por Roteiro de Distribuição na ordem inversa do desembarque;

6.6. Manter no(s) dia(s) da distribuição e no dia do recolhimento pela CONTRATADA, nos locais de votação, **Agente** para dar recebimento, guardar e devolução das Urnas Eletrônicas a serem utilizadas no Pleito Eleitoral de 2024

6.7. Instalar nas Seções Eleitorais as Urnas Eletrônicas, por meio de suas equipes técnicas;

6.8. Fornecer para a Contratada, até 5.10.2024, o Protocolo de Recolhimento de Urnas Eletrônicas;

6.9. Declarar no Protocolo de Recolhimento, por meio do **Agente** mencionado no **item 6.6**, o recolhimento antecipado e não previsto de Urnas Eletrônicas por parte do Cartório Eleitoral, caso venha a ocorrer;

6.10. Disponibilizar aos representantes da CONTRATADA, por meio dos Cartórios Eleitorais, os dados que auxiliem a mesma no desenvolvimento dos serviços contratados, em especial, os roteiros de distribuição e recolhimento de urnas, bem como o modelo do Protocolo de Recebimento mencionado no **item 6.3**, inclusive, fazendo constar no referido instrumento a situação prevista no **item 6.9** (Recolhimento antecipado).

## 7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

7.2 A fiscalização do contrato será exercida por servidores designados em Portaria da Presidência do TRE-PI, devendo ser observadas as determinações da Resolução TRE-PI nº 146/2008, que trata da fiscalização de contratos administrativos no âmbito do TRE-PI, em especial o seguinte:

7.3 Acompanhar a execução dos serviços, observando a sua conformidade aos termos contratuais, registrando em arquivo próprio as ocorrências verificadas;

7.4 Solicitar, por escrito, à Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, a autuação de processo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA, quando configurado prejuízo à Administração Pública, indicando o dispositivo contratual infringido e juntando os documentos que comprovem as providências tomadas pela fiscalização perante a CONTRATADA;

7.5 Efetuar a certificação da prestação dos serviços regularmente executados, procedendo à devolução, via ofício, à CONTRATADA, dos documentos fiscais, para eventuais correções que se fizerem necessárias;

7.6 Prestar os esclarecimentos necessários acerca da execução do contrato a qualquer unidade do TRE-PI, quando solicitado.

## **8. DO CONTRATO**

8.1 Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Contrato referente à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, tendo como base o que preceitua o artigo 95, inciso II da Lei 14.133/2021, que deverá atender aos dispositivos constantes deste Termo de Referência.

## **9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado em única parcela referente ao 1º turno e uma outra parcela, no caso de 2º turno (somente em Teresina - se houver), observando-se o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega da respectiva Nota Fiscal referente à prestação dos serviços, devidamente conferida e atestada pelo fiscal designado pelo TRE-PI, observada a ordem cronológica da sua apresentação.

9.1.1. A Contratada só fará jus ao recebimento da importância estimada para o segundo turno das eleições caso este venha ocorrer no município de Teresina, exclusivamente.

9.1.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada em favor do(s) fornecedor/prestador de serviço vencedor, após o recebimento definitivo do bem adquirido e instalado.

9.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

## **10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

10.1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:

10.1.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

10.1.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante;

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **11.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

a) O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

b) Sugere-se que o custo estimado da contratação esteja previsto no edital, uma vez que tal medida é comumente adotada pelo TRE-PI;

c) Também propomos o modo de disputa aberto, consoante Lei nº 14.133/2021;

d) O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

### **11.2 - Exigências Mínimas de Habilitação**

11.2.1 Para a habilitação no Pregão Eletrônico será exigida, dentre outras, a ser definidas pela Comissão Permanente de Licitação do TRE-PI, a documentação relativa à:

#### **11.2.1.1 Regularidade Fiscal:**

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRS fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial, ou vice-versa, quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e de Quitação da Dívida Ativa da União) que abrange a prova de regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND fornecido pelo INSS)", alterando a sequência da última certidão;

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

#### **11.2.1.2 Habilitação Jurídica:**

- a) No caso de empresa individual, o registro comercial;
- b) No caso de sociedades empresárias, o estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, sendo que, das sociedades por ações, exige-se também a documentação demonstrativa da eleição de seus administradores;
- c) No caso de sociedade não empresarial, a inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, o Decreto de autorização e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **11.2.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para efeito de constatação da validade de tal certidão, será observada a seguinte ordem de preferência, a contar da expedição da certidão: o prazo de validade constante na própria certidão e o prazo de validade de 90 (noventa) dias, ou certidão positiva com plano de recuperação homologado judicialmente.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
  - b1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - b2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
  - b3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
  - b4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
  - b5) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

- c) Declaração de Índices - os documentos citados no item "b" poderão ser substituídos por declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos Item "b1"

#### **11.2.1.4. Qualificação técnico-operacional:**

a) Apresentar pelo menos 01 (uma) certidão ou atestado de capacidade técnica, com dados precisos, e fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de serviços com características semelhantes ao do objeto da presente contratação;

b) Apresentar comprovação de inscrição e manutenção do cadastro no RNTTC (Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas) emitido pela ANTT, nos termos da Lei nº 11.442/2007;

c) Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme inciso VI, do art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

#### **11.2.1.5 Da participação de cooperativas**

a) É permitida a participação de cooperativa na forma da legislação vigente,

#### **11.2.1.6. Da participação de consórcios**

a) Poderão participar dessa contratação consórcio de empresas, observadas as normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

### **12. DAS SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a

declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) **Multa, conforme especificado abaixo:**

**b.1) multa moratória** mensurada na forma da tabela a seguir, até o limite de 13% (treze por cento), calculada sobre o valor do objeto em atraso:

Multa de:

1. 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
2. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima até o limite de 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
3. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

b.2) Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor do objeto, em caso de inexecução total da obrigação, assim entendida aquela por período superior a 30 (trinta) dias, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração

Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

### **13. DA GARANTIA (Título III, Capítulo II da Lei nº 14.133/2021)**

13.1- Para os fins de ressarcir danos e resguardar a Administração Pública de possíveis prejuízos, a CONTRATADA deverá:

**a. Prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor total estimado dos serviços contratados**, previamente à assinatura do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º, do art. 96, da Lei 14.133/2021;

a.1. No caso de apresentação de garantias nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, o prazo de validade desta garantia deverá ser superior ao da vigência do contrato, em pelo menos três meses, de sorte a contemplar tempo hábil para as resilições dos contratos de trabalho.

a.2. A CONTRATADA se obriga a apresentar nova garantia, no prazo máximo de dois dias antes do seu vencimento ou no caso de prorrogação do contrato, sendo que no caso de redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda, após a assinatura de termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato, o prazo máximo de apresentação de nova garantia ou de garantia complementar será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação do referido aditamento, mantendo-se o percentual estabelecido no subitem 13.1, a.

a.3. A garantia, ou parte remanescente, será devolvida a CONTRATADA após o cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato, inclusive a comprovação dos acertos resilitórios dos contratados de trabalho de seus empregados.

a.4. A não apresentação da garantia, ou da sua complementação, quando for o caso, fora do prazo estabelecido, sem justificativa, ensejará a aplicação das sanções previstas neste contrato e em lei.

b. A garantia apresentada tem por finalidade assegurar o pagamento de:

b.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato.

b.2. Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA e por outros Órgãos de fiscalização pública.

b.3. Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

b.4. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

c. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas anteriores, observada a legislação que rege a matéria.

d. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária. Neste caso a contratada deverá solicitar do TRE-PI Ofício destinado à CEF para este fim.

e. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

f. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. A fiança bancária somente pode ser prestada por instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central, nos termos da Lei nº 4.595/64 e da Resolução CMN nº 2.325/96.

g. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

h. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

i. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

j. Será considerada extinta a garantia:

j.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

j.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência



do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h.2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

k. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

l. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **14. REAJUSTE**

**14.1.** Aplicar-se-á o percentual do INPC-IBGE (ou índice quem venha a substituí-lo) para o reajuste do valor da contratação, após decorrido um ou mais anos da apresentação da proposta, considerando o período de doze meses a contar da data do orçamento estimado, em conformidade com o § 3º do art. 92 da Lei 14.133/2021. Em não sendo solicitado pela CONTRATADA até um mês do aniversário da data da proposta, ter-se-á como precluso o direito para o período correspondente.

## **15. DOS ANEXOS**

15.1 Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:

**a) Anexo I** – Relação de endereços das Zonas Eleitorais em todo o Estado, onde serão prestados os serviços pela CONTRATADA;

**b) Anexo II** – CHECK LIST veículos;

**c) Anexo III** – Protocolo de entrega e recolhimento de urnas;

**d) Anexo IV** – Planilha de Formação de Preços.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto do presente Termo de Referência, porém, a Contratada se responsabilizará perante o TRE/PI, diretamente, por todo o objeto pactuado;

16.2. Os interessados na execução dos serviços poderão comparecerem à Sede do TRE-PI e/ou Cartórios Eleitorais e tomar conhecimentos das Urnas Eletrônicas para ter uma ideia concreta do material a ser transportado;

16.3. Para cada urna será destinada uma cabina de votação, sendo que os quantitativos especificados neste Projeto poderão sofrer variações da ordem de até 25% (vinte e cinco por cento), em função da criação de novas Seções e instalação de postos de Justificativas Eleitorais, bem como, de possíveis agregações de Seções cuja deliberação atende ao calendário eleitoral;

16.4. Sempre que possível, o transporte das urnas e cabinas objeto do presente Termo de Referência deverá ser feito por veículos da contratada disponível

no município Sede da Zona Eleitoral e em seus Termos Judiciários, ou em veículos por ela contratados nessas localidades;

16.5. As alterações de serviços serão ajustadas da seguinte forma:

16.5.1-Quando resultar em **acréscimo no deslocamento e consequentemente na quilometragem da rota** (novo local de votação) ou **decréscimo e consequentemente quilometragem da rota** (exclusão de local entrega de urnas), o valor para o ajuste, que poderá ser para mais ou para menos, será a média unitária resultante da divisão do valor total da rota pelo quantitativo de urnas originalmente contratados, multiplicado pelo total de urnas adicionais ou excluídas.

16.6. As dúvidas acerca da apresentação das propostas e demais itens que compõem o presente Termo de Referência poderão ser dirimidas por meio do telefone (86) 2107-9746, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 13h00.

Teresina, 10 de maio de 2024.

**Abelard Dias Ribeiro dos Santos**

Assistente III - SEAP

**Marconio Galvão Lopes**

Chefe da SEAPT

## ANEXO I (Do Termo de Referência)

ZONA	NOME DO MUNICÍPIO	ENDEREÇO	BAIRRO	TELEFONE	CEP
1	Teresina	AV MARECHAL CASTELO BRANCO, 1377 TERESINA/PI.	SUL	86 3131 3428	64.014-058
2	Teresina	AV MARECHAL CASTELO BRANCO, 1377 TERESINA/PI.	SUL	86 3131 3421	64.014-058
3	Parnaíba	Av. Nossa Senhora de Fátima, 363.	N. Sra. de Fátima	86 3322 4000	64.218-440
4	Parnaíba	Av. Nossa Senhora de Fátima, 363.	N. Sra. de Fátima	86 3321 1838	64.202-220
4	Ilha Grande				64.224-000
5	Oeiras	Av. Antonio de Alencar Freitas, 856.	Oeiras Nova	(89)3462-1580	64.500-000
5	Santa Rosa do Piauí				64518-000
5	São João da Varjota				64510-000
6	Barras	Rua Gal. Taumaturgo de Azevedo, 665.	Centro	86 3242-1491	64.100-000
6	Boa Hora				64.108-000
6	Cabeceiras do Piauí				64.105-000
7	Campo Maior	Rua Benjamim Constant, 948.	Centro	86 3252-1070	64.280-000
7	Jatobá do Piauí				64.275-000
7	Sigefredo Pacheco				64.285-000

8	Amarante	RUA CEL. JOÃO RIBEIRO GONÇALVES FILHO, nº 832.	Centro	86 3292-1354	64.400-000
8	Palmeirais				64.420-000
9	Floriano	Rua Francisco Castro, 940	Manguinha	89 3522-1353	64.800-000
10	Picos	Rua Porfírio Bispo de Sousa, S/N	DNER	89 3422-2404	64.607-470
10	Aroeiras do Itaim				64.612-000
10	Paquetá				64.618-000
11	Piripiri	Rua Professor Bem, 1167.	Centro	86 3276-1195	64.260-000
11	Brasileira				64.265-000
12	Pedro II	Rua João Benício da Silva, 465.	Centro	86 3271-1117	64.255-000
12	Domingos Mourão				64.250-000
12	Lagoa de São Francisco				64.258-000
12	Milton Brandão				64.253-000
13	São Raimundo Nonato	Praça Gasparino Ferreira, S/N.	Aldeia	89 3582-1000	64.770-000
13	Coronel José Dias				64.793-000
13	Dom Inocêncio				64.790-000
13	São Lourenço do Piauí				64.778-000
14	Uruçuí	Rua Zeca Loló, 160, Malvinas	Centro	89 3544-1195	64.860-000
PA-14	Antonio Almeida	Rua Getúlio Vargas, SN.	Centro	89 3453-1166	64.855-000
14	Porto Alegre do Piauí				64.858-000

15	Bom Jesus	Rua Helvercio Pinheiro, S/N	São Pedro	(89)3562-1262	64.900-000
15	Currais				64.905-000
15	Redenção do Gurgueia				64.915-000
16	União	Rua Anfrísio Lobão, 672.	Centro	86 3265-1352	64.120-000
16	Lagoa Alegre				64.138-000
17	Miguel Alves	Rua Ulisses Carmo, 321	Centro	86 3244-1156	64.130-000
18	Valença do Piauí	Rua Cicero Portela, 537	Centro	89 3465-1195	64.300-000
18	Novo Oriente do Piauí				64.530-000
19	Jaicós	Avenida Engenheiro Ribeiro Gonçalves, nº 167	Serranópolis	89 3457-1293	64.575-000
19	Campo Grande do Piauí				64.578-000
19	Massapê do Piauí				64.573-000
19	Patos do Piauí				64.580-000
20	São João do Piauí	Travessa Dr. José Abel, nº 70.	São Sebastião	89 3483-1427	64.760-000
20	João Costa				64.765-000
21	Piracuruca	Rua Walter Spíndola, 643.	Centro	86 3343-1362	64.240-000
21	São João da Fronteira				64.243-000
21	São José do Divino				64.245-000
22	Corrente	Avenida Nossa Sra. da Conceição, S/N.	Nova Corrente	89 3573-1432	64.980-000

22	Cristalândia do Piauí				64995-000
22	Sebastião Barros				64985-000
24	José de Freitas	Praça Gov. Pedro Freitas, 99	Centro	86 3264-1299	64.110-000
25	Jerumenha	Rua Dias D'Ávila, nº 10.	Centro	89 3550-1184	64.830-000
25	Canavieira				64833-000
26	Parnaguá	Rua Guadalajara, S/N	Centro	89 3572-1110	64.970-000
26	Curimatá				64.960-000
26	Riacho Frio				64.975-000
27	Luzilândia	Av. Prefeito Raimundo Marques, 192	São Domingos	86 3393-1275	64.160-000
27	Joca Marques				64.165-000
27	Madeiro				64.168-000
28	Picos	Rua Porfírio Bispo de Sousa, S/N	DNER	89 3422-4626	64.607-470
28	Bocaina				64.630-000
28	Francisco Santos				64.695-000
28	Monsenhor Hipólito				64.650-000
28	Santo Antônio de Lisboa				64.640-000
28	São João da Canabrava				64.635-000
28	São Luis do Piauí				64.638-000

29	Pio IX	Rua Francisco das Chagas Fortaleza, nº 96	Centro	89 3453- 1300	64.660-000
29	Alagoinha do Piauí				64.655-000
30	São Pedro do Piauí	Rua Benjamin Constant, nº 730.	Centro	86 3280- 1271	64.430-300
30	Agricolândia				64.440-000
30	Santo Antonio dos Milagres				64.438-000
30	São Gonçalo do Piauí				64.435-000
32	Altos	Rua São José, nº 283.	Centro	86 3262- 1309	64.290-000
32	Coivaras				64.335-000
32	Pau D'Arco do Piauí				64.295-000
33	Buriti dos Lopes	Av. Parnaíba, nº 450	Centro	863363- 1207	64.230-000
33	Bom Princípio do Piauí				64.225-000
33	Buriti dos Lopes				
33	Caraúbas do Piauí				64.233-000
33	Caxingó				64.228-000
33	Murici dos Portelas				
34	Castelo do Piauí	Av. Antonino Freire, S/N	Centro	86 3247- 1248	64.340-000
34	Buriti dos Montes				64.345-000
34	Juazeiro do Piauí				64.343-000
35	Gilbués	Rua Anísio de Abreu, s/n	Centro	89 3578- 1310	64.930-000
35	Barreiras do Piauí				64.990-000
35	Monte Alegre do Piauí				64.940-000
35	Santa Filomena				64.945-000

35	São Gonçalo do Gurguéia				64993-000
36	Canto do Buriti	Rua Des. José Messias, nº 396.	N. Sra. de Fátima	89 3531-1197	64.890-000
36	Brejo do Piauí				64.895-000
36	Pajeú do Piauí				64.898-000
36	Tamboril do Piauí				64.893-000
37	Simplício Mendes	Rua Nivardo Rodrigues da Silva, nº 704.	Centro	89 3482-1277	64.700-000
37	Bela Vista do Piauí				64.705-000
37	Paes Landim				64.710-000
37	Socorro do Piauí				64.720-000
38	Paulistana	Av. Wall Ferraz, S/N	Cohab	89 3487-1520	64.750-000
38	Acauã				64.748-000
38	Betânia do Piauí				64.753-000
38	Jacobina do Piauí				64.755-000
38	Queimada Nova				64.758-000
39	São Miguel do Tapuio	Rua Leônidas Melo, S/N	Matadouro	86 3249-1275	64.330-000
39	Assunção do Piauí				64.333-000
40	Fronteiras	Rua 9 de Junho, nº 608	Centro	89 3454-1250	64.690-000
40	Alegrete do Piauí				64.675-000
40	Caldeirão Grande do Piauí				64.695-000
40	São Julião				64.670-000
41	Esperantina	Rua Cel. Patriotino Lages, nº 512	Centro	86 3383-1582	64.180-000
41	Joaquim Pires				64.180-000



41	Morro do Chapéu do Piauí				64.178-000
43	Regeneração	Av. Alberto Leal Nunes, nº 455	Centro	86 3293-1212	64.490-000
43	Angical do Piauí				64.410-000
43	Jardim do Mulato				64.495-000
44	Ribeiro Gonçalves	Av. José Primo, S/N	Centro	89 3567-1244	64.865-000
44	Baixa Grande do Ribeiro				64.868-000
45	Batalha	Rua São José, nº 59	Centro	86 3347-1106	64.190-000
46	Guadalupe	Av. Manoel Ribeiro da Fonseca, nº 260	Centro	89 3552-1369	64.840-000
46	Landri Sales				64.850-000
46	Marcos Parente				64.845-000
47	Altos	Rua São José, nº 283	Centro	86 3262-2843	64.290-000
47	Alto Longá				64.360-000
47	Benedictinos				64.380-000
47	Novo Santo Antônio				64.365-000
47	São João da Serra				64.350-000
48	Elesbão Veloso	R. Sete de Setembro, nº 305.		86 3285-1160	64.325-000
PA-48	Várzea Grande	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, s/n.		89 3471 1158	64.525-000
48	Tanque do Piauí				
48	Barra D'Alcântara				

48	Francinópolis				64.520-000
49	Porto	Av. Presidente Vargas, nº 445	Centro	86 3243-1137	64.145-000
49	Campo Largo do Piauí				64.148-000
49	Nossa Senhora dos Remédios				64.140-000
52	Água Branca	Rua Adalberto Santana, S/N.	Centro	86 3282-1300	64.460-000
52	Hugo Napoleão				64.470-000
52	Lagoinha do Piauí				64.465-000
52	Olho D'água do Piauí				64.468-000
53	Cocal	Rua Olavo Bilac, nº 235	São Pedro	86 3362-1103	64.235-000
53	Cocal dos Alves				64.238-000
54	Demerval Lobão	Av. Francisco Luiz, nº 788	Centro	86 3260-1262	64.390-000
54	Lagoa do Piauí				64.388-000
56	Simões	Rua Liberato José, nº 281	Centro	89 3456-1182	64.585-000
56	Caridade do Piauí				64.590-000
56	Curral Novo do Piauí				64.595-000
57	Itainópolis	Rua Raimundo Gonçalves dos Santos S/N	Centro	89 3446-1200	64.565-000
57	Isaias Coelho				64.570-000
57	Vera Mendes				64.568-000
58	Monsenhor Gil	Rua Manoel Faustino, nº 243	Centro	86 3258-1200	64.450-000
58	Curralinhos				64.453-000
58	Miguel Leão				64.445-000

59	Cristino Castro	Av. David Campos, nº 1427	Centro	89 3563-1104	64.920-000
59	Alvorada do Gurguéia				64.923-000
59	Palmeira do Piauí				64.925-000
59	Santa Luz				64.910-000
61	Floriano	Rua Francisco Castro, nº 940	Manguinha	89 3522-2469	64.800-185
61	Nazaré do Piauí				64.825-000
61	Francisco Ayres				64.475-000
61	Arraial				64.480-000
61	São José do Peixe				64.555-000
62	Picos	Rua Porfírio Bispo de Sousa, S/N	DNER	89 3422-1521	64.607-470
62	Dom Expedito Lopes				64.620-000
62	Geminiano				64.613-000
62	Santa Cruz do Piauí	Praça Santana, S/N. Fórum Judicial	Centro	89 3445 1197	64.545-000
62	Santana do Piauí				64.615-000
62	Sussuapara				64.610-000
62	Wall Ferraz				64.548-000
63	Teresina	Av. Mal Castelo Branco, nº 1377.		86 3131-3404	64.000-080
64	Inhuma	Pça. Vereador João de Sousa Leal, nº 545	Centro	89 3477-1199	64.535-000
64	Ipiranga do Piauí				64.540-000
64	São José do Piauí				64.625-000
67	Manoel Emídio	Rua Azarias Belchior, 855	Centro	89 3535-1176	64.875-000
67	Bertolândia				64.870-000
67	Colônia do Gurguéia				64.885-000
67	Eliseu Martins				64.880-000
67	Sebastião Leal				64.873-000
68	Padre Marcos	Rua Joaquim Rodrigues de Macedo, nº 61	Centro	89 3431-1145	64.680-000

68	Belém do Piauí				64.678-000
68	Francisco Macedo				64.683-000
68	Marcolândia				64.685-000
68	Vila Nova do Piauí				64.688-000
69	São João do Piauí	Travessa Dr. José Abel, nº 70.	São Sebastião	89 3483-1039	64.760-000
69	Campo Alegre do Fidalgo				64.767-000
69	Capitão Gervásio Oliveira				64.763-000
69	Lagoa do Barro do Piauí				64.768-000
69	Nova Santa Rita				64.764-000
69	Pedro Laurentino				64.728-000
71	Capitão de Campos	Rua Presidente Getúlio Vargas, S/N	Centro	86 3277-1354	64.270-000
71	Boqueirão do Piauí				64.283-000
71	Cocal de Telha				64.278-000
72	Itaueira	Rua 29 de Outubro, nº 510	Centro	89 3559-1195	64.820-000
72	Flores do Piauí				64.815-000
72	Pavussu				64.838-000
72	Ribeira do Piauí				64.725-000
72	Rio Grande do Piauí				64.835-000
74	Barro Duro	Av. Cel Benedito Alves da Luz, S/N.	Centro	89 3284 1306	64.455-000
74	Passagem Franca do Piauí				64.395-000
74	Prata do Piauí				64.370-000
74	Santa Cruz dos Milagres				64.315-000
74	São Félix do Piauí				64.375-000
74	São Miguel da Baixa Grande				64.378-000
79	Caracol	Rua Luiz Ribeiro, nº 315.	Centro	89 3589-1226	64.795-000
79	Anísio de Abreu				64.780-000
79	Guaribas				64.798-000
79	Jurema				64.782-000
80	Matias Olímpio	Rua Tenente Anísio, nº 558.	Centro	86 3340-1242	64.150-000
80	São João do Arraial				64.155-000
88	Avelino Lopes	Av. Sergio Gama, nº 153	Centro	89 3575-1275	64.965-000
88	Júlio Borges				64.963-000
88	Morro Cabeça no Tempo				64.968-000
89	Valença do Piauí	Rua Cícero Portela, nº 537.	Centro	89 3465 1260	64.300-000
89	Aroazes				64.310-000

89	Lagoa do Sítio				64.308-000
89	Pimenteiras	Rua 25 de Julho, nº 135.	Centro	89 3474 1200	64.320-000
90	Simplício Mendes	Rua Nivardo Rodrigues da Silva, nº 704.	Centro	89 3482- 1744	64.700-000
90	Conceição do Canindé	Rua 01, nº 168.	Centro	89 3489 1158	64.740-000
90	Campinas do Piauí				64.730-000
90	Floresta do Piauí				64.563-000
90	Santo Inácio do Piauí				64.560-000
90	São Francisco de Assis do Piauí				64.745-000
91	Luis Correia	Rua Jonas Correia, nº 206	Centro	86 3367- 1356	64.220-000
91	Cajueiro da Praia				64.222-000
94	Oeiras				
94	São Francisco do Piauí				64.550-000
94	Colônia do Piauí				64.516-000
94	Cajazeiras do Piauí				64.514-000
94	São Miguel do Fidalgo				64.558-000
95	São Raimundo Nonato	Praça Gasparino Ferreira, S/N.	Aldeia	89 3582- 1679	64.770-000
95	Bonfim do Piauí				64.775-000
95	Dirceu Arcoverde				64.785-000
95	Fartura do Piauí				64.788-000
95	São Braz do Piauí				64.783-000
95	Várzea Branca				64.773-000
96	Campo Maior	Rua Benjamim Constant, 948.	Centro	86 3252- 1341	64.280-000
96	Nossa Senhora de Nazaré				64.288-000
97	Teresina	Av. Mal Castelo Branco, nº 1377		86 3131- 3422	64.014-052
97	Nazária				64415-000
98	Teresina	Av. Mal Castelo Branco, nº 1377		86 3131- 3426	64140-052

## ANEXO II (Do Termo de Referência)

## CHECK LIST VEÍCULOS

### OBJETIVO DO CHECK LIST

2. DATA DA VISTORIA

3.

CONTRATADA

### DADOS PESSOAIS CONDUTOR

NOME:

C.N.H. CATEGORIA  
NÚMERO

5. CONTRATO

### 6. DESCRIÇÃO DO VEÍCULO

MARCA / MODELO

PLACA ANO  
COR

KILOMETRAGEM INICIAL FINAL

### 6. ESPECIFICAÇÕES

#### – PNEUS

DIANTEIRO ( )NOVO ( )MEIA VIDA ( )CARECA

TRASEIRO ( )NOVO ( )MEIA VIDA ( )CARECA

**- FARÓIS / LANTERNAS / LUZES E BUZINAS**

FAROL ALTO ( )APROVADO ( )DESAPROVADO

FAROL BAIXO ( )APROVADO ( )DESAPROVADO

MEIA LUZ -DINT/TRAZ ( )APROVADO ( )DESAPROVADO

LANT.DE PISCA DIREITA-TRASEIRA ( )APROVADO ( )DESAPROVADO

LANT.DE PISCA ESQUERDA -DIANTEIRA ( )APROVADO ( )DESAPROVADO

LUZ DE RÉ ( )APROVADO ( )DESAPROVADO

LUZ DE FREIO ( )APROVADO ( )DESAPROVADO

LUZ DE PLACA ( )APROVADO ( )DESAPROVADO

BUZINAS ( )APROVADO ( )DESAPROVADO

**7.3 - RETROVISORES**

( )NORMAIS ( )NECESSITA TROCA

**8 - OBSERVAÇÕES**

--

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa Fiscal do Contrato do TRE-PI

**ANEXO III (Do Termo de Referência)**

ROTA _____			
Motorista:		Telefone celular:	
		( ) _____ - _____ ( ) _____ - _____	
Tipo de veículo:		Placa:	Ano:
Endereço para entrega e recolhimento	Seções Eleitorais	Total de urnas	Nome legível e assinatura do receptor das urnas no local

<b>Contratada</b>		<b>Contratada</b>	
<b>Recebi</b> do Cartório da ____ª ZE a quantidade de ____ (_____) urnas eletrônicas, conforme acima especificado, às ____:____h. _____-PI, ____/____/____		<b>Entreguei</b> ao Cartório da ____ª ZE a quantidade de ____ (_____) urnas eletrônicas, conforme acima especificado, às ____:____h. _____-PI, ____/____/____	
(Nome legível e assinatura do responsável) Título eleitor:		(Nome legível e assinatura do responsável) Título eleitor:	
<b>Cartório Eleitoral</b>		<b>Cartório Eleitoral</b>	
De acordo:  (Nome legível e assinatura do responsável pela ZE) Matrícula:		De acordo:  (Nome legível e assinatura do responsável pela ZE) Matrícula:	

## ANEXO IV (Do Termo de Referência)

### PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

Formato Excel





Documento assinado eletronicamente por **Abelard Dias Ribeiro dos Santos, Técnico Judiciário**, em 20/06/2024, às 13:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0002129815** e o código CRC **4E4EF476**.

0016675-84.2023.6.18.8000

0002129815v10



--